

INSULTOS IMPRESSOS

ISABEL LUSTOSA

Insultos impressos

*A guerra dos jornalistas na Independência
(1821-1823)*

2ª edição
2ª reimpressão



Copyright © 2000 by Isabel Lustosa

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Ettore Bottini

Índice onomástico

Maria Claudia Carvalho Mattos

Preparação

Cássio de Arantes Leite

Revisão

Andrea Souza

Geuid Dib Jardim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lustosa, Isabel

Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência
(1821-1823) / Isabel Lustosa. — São Paulo: Companhia das Letras,
2000.

Bibliografia.

ISBN 85-359-0015-2

1. Brasil — História — Período da Independência 2. Imprensa —
Brasil — História 3. Jornalismo — Brasil — História 4. Monarquia
— Brasil I. Título

00-1800

CDD-320.981034

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Período da Independência: Participação da Imprensa : História política 320.981034
2. Imprensa e período da Independência : Brasil : História política 320.981034
3. Período da Independência: Participação da Imprensa : Brasil : História política 320.981034

[2022]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para minha irmã, Maria Clélia.
Tributo à sua rara generosidade.*

A imprensa livre remedeia-se a si mesma, porque não pode haver razão para que a mentira, sendo igualmente livre como a verdade, prevaleça contra esta.

Hipólito da Costa

A liberdade civil e de imprensa tem sido justamente comparada ao vinho espirituoso, o alimento substancial que atordoas as cabeças fracas e arruína os estômagos débeis.

Visconde de Cairu

Sumário

Agradecimentos.....	13
Prefácio	15

INTRODUÇÃO

1. O barbeiro novo e a barba do tolo	23
2. Das melhores intenções aos libelos difamatórios.....	28
3. O lugar da “inteligência brasileira”	33
4. Imagens do Brasil.....	37
5. Novas ideias — velhas atitudes.....	41
6. A paisagem e os nomes.....	50
7. D. Pedro I — entre a maçonaria e a Santa Aliança.....	56

1. QUEM DÁ PRIMEIRO, DÁ DUAS VEZES

1. A Impressão Régia	65
2. A <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	68
3. Hipólito da Costa	71
4. A Revolução do Porto.....	79

5. O ministro Tomás Antônio e o panfleto contra a volta do rei	83
6. Agitação no Rio de Janeiro.....	92
7. Um ciclo de preito ao rei	98
8. A defesa da censura feita pelo censor.....	105

2. BULAS DO PAPA PARA O IMPERADOR DA CHINA

1. As Cortes contra o Brasil — notícias do front.....	116
2. D. Pedro, Regente, e o <i>Revérbero</i>	120
3. “O despertador brasileiro”	124
4. O Fico e a revolta da Divisão Auxiliadora	130
5. Bulas do papa para o imperador da China	134
6. De Lisboa não pode vir cousa boa	139
7. “A heroicidade brasileira” e o censor censurado.....	144
8. O <i>Espelho</i> contra o <i>Revérbero</i>	149
9. Quem era o Malagueta	155
10. O <i>Revérbero</i> contra a <i>Malagueta</i>	161
11. O <i>Espelho</i> contra a <i>Malagueta</i>	164
12. <i>Revérbero, Espelho e Malagueta</i>	172

3. QUANDO VIRES AS BARBAS DO TEU VIZINHO ARDER DEITA AS TUAS DE MOLHO

1. O <i>Correio do Rio de Janeiro</i> e seu redator, João Soares Lisboa	174
2. Lisboa contra Lisboa.....	181
3. Cairu contra a facção gálica	186
4. Cairu barrado na eleição	192
5. Primeiros jornalistas presos	194
6. Um processo contra o redator do <i>Correio</i>	200
7. O <i>Espelho</i> em defesa do Apostolado e contra João Soares Lisboa.....	203
8. Diretas já!: o primeiro jornalista no tribunal	216

4. QUANDO O REI É FREDERICO, TODOS OS QUE O RODEIAM SÃO FREDERICO TAMBÉM

1. May, a “Representação” e o *Reclamador* 227
2. May e o primeiro “racha” no movimento popular 230
3. A Independência..... 236
4. Frei Sampaio, entre o Apostolado e a maçonaria 245
5. A hora e a vez de Soares Lisboa..... 251
6. A Bonifácia 257
7. Entre Buenos Aires e o Rio, prossegue a Bonifácia 262
8. O cônego Goulart na imprensa do Rio 273

5. QUEM NÃO TEM PADRINHO MORRE MOURO

1. A Assembleia contra o *Diário do Governo* — uma batalha 279
2. O *Correio do Rio de Janeiro* — segunda detenção 288
3. Quem não tem padrinho morre mouro 296
4. D. Pedro e o “Calmante do Malagueta” 300
5. A *Malagueta* extraordinária nº 2 e suas devastadoras
consequências..... 307
6. Radicais de Pernambuco contra absolutistas do Rio 317

6. QUEM SEUS INIMIGOS POUPA NAS MÃOS LHES MORRE

1. A queda do gabinete Andrada 330
2. O *Tamoyo* e seus naturais adversários..... 334
3. O compadre da roça contra o homem da corte 342
4. Nem chumbeiro nem descamisado 346
5. O inimigo dos “marotos” 350
6. A imagem dos Andrada e a propaganda política..... 356
7. Grondona, um italiano na corte de D. Pedro..... 370
8. A guerra contra a Santa Aliança no Rio..... 380

7. NA BARBA DO TOLO APRENDE O BARBEIRO NOVO

1. A guerra dos jornalistas..... 388
2. O “Brasileiro Resoluto” e o fechamento da Assembleia 395
3. O destino dos primeiros jornalistas 407

Conclusão — Injúrias não são razões, nem sarcasmos

valem argumentos 421

Cronologia..... 437

Notas 445

Bibliografia 473

Relação dos periódicos e panfletos consultados..... 483

Crédito das ilustrações 487

Índice onomástico 491

Pós-escrito — Como da Regência cheguei à Independência 499

Agradecimentos

Este trabalho foi originalmente apresentado ao Iuperj como tese de doutorado em Ciência Política. Algumas modificações foram feitas sem que se perdesse o sentido original. A pesquisa foi integralmente desenvolvida na Fundação Casa de Rui Barbosa, a cujo quadro de pesquisadores tenho a honra de pertencer; valeram-me para levá-la a bom termo o apoio e as condições de trabalho que oferece a instituição. Conteí, durante o ano de 1996, com a colaboração da estagiária Carla Molinari e, em 1997, de Patrícia Hansen, ambas contratadas mediante convênio entre a Casa de Rui Barbosa e a Fundação Mudes.

Agradeço, de todo o coração, ao grande filólogo Adriano da Gama Kury, que fez leitura atenta deste trabalho, domando vírgulas e preposições que teimavam em não ficar em seus lugares. Também ao querido amigo Boris Schnaiderman, pelas tantas anotações à margem do texto, pertinentes observações originadas da experiência de grande tradutor, a quem, muitas vezes, o sentido estético para os sons e as formas em nosso idioma é mais apurado do que o nosso próprio. A Fred Lustosa, meu irmão, e a Lilia Schwarcz, pelas ótimas sugestões, em grande parte incorporadas ao texto.

Da excelente biblioteca da Casa de Rui Barbosa é quase toda a bibliografia citada aqui. Ao chefe do Laboratório de Microfilmagem (Lamic), José Luís Paranhos, devo a rapidez e eficiência com que tornou acessível para mim o material microfilmado, também pertencente ao acervo da biblioteca. Foram ainda consultados: o arquivo e a biblioteca do IHGB, o arquivo do Museu Imperial, a seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

Agradeço a boa orientação acadêmica de José Murilo de Carvalho e aos demais membros da banca, Afonso Marques dos Santos, Berenice Cavalcanti, Luís Jorge Werneck Viana e Ricardo Benzaquén de Araújo, pelas oportunas observações e críticas apresentadas durante a defesa. Também aos amigos: Berthold Zilly, Ceila Brandão, Eduardo Diatahy, Margarida Lacombe, Robert Wegner, Rodolfo Vilhena (*in memoriam*) e Wanderley Guilherme dos Santos. A eles os renovados carinho e amizade da autora. E muito especialmente ao meu filhinho, Francisco Bento, o mais adorável companheiro desta jornada.

Devo naturalmente não só tudo o que vem a seguir escrito, como também tudo o mais que escrevi antes, ao divino Espírito Santo. É que minha mãe nunca deixou de acender-lhe uma vela nas provas ou momentos profissionais decisivos na minha trajetória ou de meus irmãos. De modo que, agradecendo à terceira pessoa da Santíssima Trindade, peço a bênção e agradeço à minha santa e querida mãezinha, Maria Dolores, pelas suas orações e seus longos telefonemas de fim de semana sempre atentos ao andamento dos trabalhos. Naturalmente que, voltando ao Ceará, uma missa na igreja do São Francisco do Canindé, santo do qual meu avô, meu pai, meu filho, meu compadre e meu irmão mais velho levam o nome, me espera. Ocasão em que também poderei agradecer àquele santo milagreiro mais uma graça alcançada: a publicação de meu livro.

Prefácio

No prefácio à *Lógica do absurdo*, Mendes Fradique diz que a instituição do prefácio encontrava ali o seu hábitat específico. Supõe-se, lembra ele, que prefácio é o que o autor fez (*facio*) antes (*pre*) de fazer o livro. No entanto, não se conhece autor que tenha conseguido fazer o prefácio antes do livro. “Se o escritor é encailhável, os seus originais são entregues ou oferecidos ao editor em papel apergaminhado, com margem larga, datilografado em duas cores, ligados com fita verde, capeados em cartolina colorida e providos do competente prefácio.” O prefácio, porém, acrescentava Mendes Fradique, foi feito por último: tinha sido a última demão dada pelo “encailhável” autor à sua “encailhável” obra.

Já se foi o tempo do texto datilografado sobre o papel almaço e coberto com cartolina colorida, mas ainda não deixou de valer a regra do prefácio escrito no fim. É o caso deste, que, espero, seja a última demão dada pela autora numa, se Deus quiser, não encailhável obra. Foi escrito no fim, para sintetizar ideias sobejamente trabalhadas. Mereceria o título de “introdução”, se uma outra Introdução não tivesse sido escrita anteriormente, já lidando com questões substantivas.

Este livro conta a história da Independência e, com ela, a do surgimento da nossa imprensa. Não é à toa que as duas histórias merecem ser contadas junto. Procurei mostrar aqui como a imprensa foi, na transição de Reino Unido para país independente, o laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política. Foi um momento extremamente vibrante, em que se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história. Cada um escrevia e assinava o que bem entendia. Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos. Da partida do rei (abril de 1821) até o fechamento da Assembleia (novembro de 1823), a imprensa abrigou um debate de características democráticas, porém sem regras definidas.

Três circunstâncias daquele momento histórico fizeram com que o debate alcançasse níveis de violência que incluíam o insulto, o palavrão, os ataques pessoais, as descrições deturpadas de aspectos morais ou físicos e até a agressão corporal, enunciada ou levada à prática: a situação de instabilidade e indefinição política que o país vivia, sem lei e sem rei, inclusive sem regras relativas aos limites da liberdade de imprensa, que passara, em poucos dias, da censura prévia à total liberação; a democratização do prelo, trazendo para a forma impressa elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial; a emergência de quadros da elite brasileira sem hábitos de vida pública anterior que, a partir de sua inserção no debate político, trouxeram para o espaço público, por meio da palavra impressa, atitudes da vida privada.

O período que este livro cobre, 1821 a 1823, se destaca pela intensa participação da imprensa na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria. Essa participação começa logo no início do ano de 1821, com a publicação de jornais de caráter conciliador que dão notícia das agitações das tropas portuguesas no Rio e acompanham a partida do rei. Essa

fase é sucedida pela vertiginosa série de episódios que culminaram na Independência. Pode-se dizer que, do ponto de vista da imprensa, o papel deflagrador da campanha caberia ao *Revérbero*,¹ lançado em setembro de 1821, a ele juntando-se, logo em seguida, outros jornais e panfletos que tiveram papel decisivo para o Fico.

Após a Independência, José Bonifácio promove rigorosa repressão às publicações dos adversários, e a atividade impressa fica concentrada nos periódicos governistas. Situação que dura apenas até o começo dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em maio de 1823, marcados desde o início pelo enfrentamento desta com o *Diário do Governo*.² O *Correio do Rio de Janeiro*,³ de João Soares Lisboa,⁴ reaparece logo em seguida para dar combate ao ministério Andrada. A queda daquele gabinete, em julho de 1823, provoca uma nova revolução na cena impressa. Os violentos ataques, aos portugueses em geral, mas visando o imperador em particular, que os jornais *Tamoyo*⁵ e *Sentinela da Praia Grande*⁶ promovem, levam ao fechamento da Assembleia. A inclusão do poder moderador na Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I em 1824 encerrou a questão sobre o formato que o regime monarquista teria. Mas com a dissolução da Assembleia Constituinte uma nova etapa da história da nossa imprensa tem início. Dela não trato aqui.

O oceano verbal da Independência, com suas disputas radicais, estimulou uma participação democrática e, com ela, a emergência de estilos de escrita ricos, variados, originais. Para apresentar esse material pouco conhecido, escolhi conservá-lo no contexto em que foi produzido. De modo que as citações aqui funcionam tanto como informação complementar à sequência do processo histórico a que dizem respeito quanto como exemplos de estilos de escrita, diretamente associáveis aos seus emissores.

Na Introdução, apresento as condições em que surgiu a im-

prensa, o processo de transição dos jornais, inicialmente se propondo a educar o povo, e mais tarde, em virtude do processo político, sendo arrastados pela violência dos debates; a mentalidade predominante e as ideias e atitudes que os jornais difundiam; a relação da elite com D. Pedro I e deste com o poder e a imprensa; e a forma como todos esses fatores contribuíram para dar uma feição à elite brasileira que emergia naquele contexto.

O capítulo 1 apresenta inicialmente a imprensa do primeiro semestre de 1821, antes da partida de D. João VI, o estilo que Antonio Candido denominou de “ciclo de preito ao Rei”, com ênfase na trajetória e no estilo de Cairu⁷ em contraste com Hipólito da Costa.⁸ Apresento a intensa defesa que Cairu fez da censura, no *Conciliador*,⁹ sua importante atuação como panfletário no Fico e o uso que fazia da imagem de velho sábio para valorizar suas propostas, em contraste com o uso que faziam seus adversários dessa mesma imagem para depreciá-las.

O capítulo 2 cobre os três jornais que tomaram a cena no final de 1821: o *Revérbero*, o *Espelho*¹⁰ e a *Malagueta*.¹¹ Ressalto aqui o importante papel desses jornais e dos panfletos que a eles se somaram no combate às medidas das Cortes portuguesas contra o Brasil, apresentando, concomitantemente, a evolução daquelas atitudes e das reações que provocaram na imprensa. Ao mesmo tempo, aparecem aqui as primeiras rivalidades, os primeiros embates que entre si travaram seus redatores.

No capítulo 3, apresento a sequência de enfrentamentos entre Cairu e aquela que chamou de “facção gálica”, composta de seus adversários seguidores das ideias de Rousseau e de outros “profetas” da Revolução Francesa. Apresento também João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, o jornalista de estilo e origem mais popular desse período. As campanhas em que se envolveu Soares Lisboa foram empreendidas com intensa paixão, em meio a uma saraiada de insultos e de processos. Es-

sas campanhas, suas consequências, os adversários que enfrentou e o tipo de agressão de que era vítima são enfocados aqui.

No capítulo 4 acontece a Independência. Apresento também as disputas que antecederam e sucederam aquela cena na margem do Ipiranga, principalmente as que tiveram a imprensa como cenário ou como elemento deflagrador, como foi o caso da Bonifácia.¹² As perseguições que, em decorrência desta, sofreram Gonçalves Ledo¹³ e João Soares Lisboa e o papel de frei Sampaio¹⁴ e do cônego Goulart¹⁵ naquele contexto são ainda assuntos desse capítulo.

O capítulo 5 traça a trajetória do agressivo jornalismo de situação, nos moldes em que se começou a fazer durante o ministério Andrada por meio do *Diário do Governo*, e o embate desse jornal contra a Assembleia. Conto também a história do artigo violentíssimo que D. Pedro fez publicar no *Espelho* contra Luís Augusto May¹⁶ e da surra que este levou depois de respondê-lo. Falo ainda da situação de Soares Lisboa, que, preso, continuava publicando seu jornal, e dos insultos que frei Caneca enviava de Pernambuco contra frei Sampaio para serem publicados no *Correio do Rio de Janeiro*.

As consequências da queda dos Andrada aparecem no capítulo 6, onde apresento sua imediata inserção na imprensa, com a publicação do *Tamoyo*; o papel daquele jornal no contexto político; os embates com seus adversários; o tipo de insultos de que eram alvo os irmãos paulistas e as maneiras de contra-atacar do *Tamoyo*; a violenta campanha contra o elemento português e a bem-sucedida estratégia de construção da imagem dos Andrada por meio da imprensa. Contempla ainda esse capítulo o estilo e a ação de Joseph Stephano Grondona, redator da *Sentinela da Praia Grande*; as contradições do personagem, sua ambígua relação com os Andrada, de um lado, e com Cipriano Barata,¹⁷ de outro, e a campanha empreendida pela imprensa liberal do Rio

contra a Santa Aliança, cujos ideais eram defendidos pelo *Estrela Brasileira*, do francês De Loy.

O capítulo 7 mostra o papel que teve a imprensa no fechamento da Assembleia e faz um apanhado do destino dos principais jornalistas aqui apresentados. Finalmente, na conclusão, analiso o papel da retórica nos embates da imprensa.

Ainda no começo da elaboração do livro, comentei com Osny Duarte Pereira,¹⁸ de quem meu filho tem o privilégio de ser neto, que José Bonifácio se conduzira muito mal com os liberais no processo da independência. Osny ficou indignado. Disse que fazer comentários dessa natureza contra o grande Andrada era quase um crime de lesa-pátria. Para me dissuadir, ele me emprestou o livro de seu amigo Gondim da Fonseca,¹⁹ onde José Bonifácio aparece como alguém movido pelas ideias da Revolução Francesa. Todavia, creio que tanto o Andrada descrito por Varnhagen — perseguidor de Ledo e de seus amigos, implacável na vingança contra os adversários, seguindo talvez o que recomendava o adágio popular tão frequentemente repetido pelos jornalistas do tempo: “Quem seus inimigos poupa nas mãos lhes morre” — quanto o que é apresentado no livro de Gondim da Fonseca não dão conta das dimensões do personagem.

O projeto de José Bonifácio para o Brasil contemplava aspectos econômicos e sociais que passavam ao largo do discurso dos liberais. A seu ver era preciso primeiro criar o país, formar uma sociedade, integrar a imensa massa de escravos, índios e mestiços marginalizada. Politicamente, José Bonifácio jamais se confundiu com os liberais. Ele acreditava que o Brasil só poderia se organizar “com um governo forte, sob a forma monárquica”, e lutaria sempre para garantir uma maior parcela de poder para o Executivo. Tinha o receio de que não fosse possível organizar o Império, estabelecendo nele a ordem necessária ao desenvolvimento, num regime de ampla liberdade. Receio que se baseava na

delicadeza de certos problemas políticos, decorrentes do modo particularíssimo por que se operara a independência, da extensão territorial do país, dos pendores mais democráticos do Norte em contraposição com as tendências do Sul (SOUSA, 1988, p. 22). Entre os autores da Ilustração, como identificou Emília Viotti, José Bonifácio se alinharia mais com Voltaire e Montesquieu do que com Rousseau (MOTA, p. 112). Sua atitude independente o afastava tanto da submissão à Santa Aliança ou à Inglaterra, como parecia ser a proposta de Cairu, quanto do projeto de monarquia constitucional, como queriam os maçons.

Para Ledo e seus amigos, os direitos políticos deviam anteceder qualquer reforma econômica ou social. Os chamados liberais daquela fase de nossa história lutavam sobretudo por um pacto social de caráter democrático. Como disse Otávio Tarquínio: “Refazer o pacto social, em bases novas, pelo livre consentimento de todos os indivíduos pactuantes, era o que embalava os espíritos generosos da época” (SOUSA, 1988, p. 25). Ilusão que, no entanto, não era compartilhada por José Bonifácio, que via os liberais como “homens alucinados por princípios metafísicos e sem conhecimento da natureza humana” que pretendiam criar poderes impossíveis de sustentar. No seu entender, aqueles princípios estavam na origem da desgraça dos povos da América, dilacerada por lutas intestinas, e foram a causa dos “horrores da França”, com suas “constituições apenas feitas e logo destruídas” (SOUSA, 1988, p. 25).

Foi esse o núcleo do grande embate que ficou impresso nas páginas dos primeiros jornais que circularam na capital do país.

Logo depois de aprovada a convocação de eleições para a Constituinte brasileira, a campanha dos jornais pelo juramento prévio do príncipe à Constituição que estava por se fazer abria um vão definitivo entre José Bonifácio e a maçonaria,²⁰ dando ensejo à Bonifácia. A luta para garantir o poder de veto do príncipe às futuras leis feitas pela Assembleia foi a última campanha

política de José Bonifácio antes do exílio. Situado entre as duas vertentes, tendo adotado medidas rigorosas contra a maçonaria, José Bonifácio propunha, ao mesmo tempo, uma política econômica e social que contrariava interesses poderosos. Seus projetos avançados acabariam por isolá-lo, fazendo dele uma ameaça muito mais perigosa que os liberais.

A campanha da Independência dividiu os melhores homens que atuavam na cena política brasileira daquele momento. Como em todas as guerras desse gênero, os ideólogos, os apaixonados, os que lutavam por uma causa tinham em torno de si os homens da ocasião, e foram estes, como quase sempre acontece em histórias assim, que levaram a melhor. O resultado foi que, depois de novembro de 1823, o Brasil não tinha nem democracia, nem reformas sociais. José Bonifácio foi para o exílio, e Gonçalves Ledo mergulhou num exílio de si mesmo, triste sombra do empolgado líder maçônico da Independência.

Peço desculpas a Osny, mas não consegui fazer aqui uma escolha. Entre o bom senso de José Bonifácio — a certeza de que se o país houvesse adotado o que ele propunha seu destino teria sido infinitamente melhor — e uma política democrática que, desde então, fizesse com que o povo decidisse sobre o modelo político que deveria ser adotado, meu coração ainda balança. O que posso dizer, depois desse longo convívio, é que eram brasileiros admiráveis os que atuaram na vibrante cena impressa da Independência. Loucos, reacionários, incendiários, seja lá quais forem os nomes que possam dar a eles os analistas da História, esses jornalistas improvisados demonstram que a nossa Independência se fez num cenário de lutas apaixonadas, em meio a um empolgante debate de ideias. Espero que o leitor compartilhe comigo o prazer que foi conhecê-los.

Introdução

1. O BARBEIRO NOVO E A BARBA DO TOLO

“Devem aprender às custas da Nação, como o barbeiro novo na barba do tolo?”, indagava um dos leitores do *Correio do Rio de Janeiro* (16 ago. 1822). A pergunta e o rifão, como então se dizia, vinham a propósito do despreparo de alguns deputados que representavam o Brasil nas Cortes de Lisboa. Como poderiam fazer Constituição aqueles que nunca haviam feito uma? Deveria o Brasil pagar o preço pela inexperiência de seus políticos? O leitor do *Correio* poderia estender sua questão a quase todos os políticos que dominavam a cena naquele instante. De D. Pedro aos pequenos eleitores das paróquias, passando pelos ministros e deputados, todos estavam aprendendo com a nação como o barbeiro novo na barba do tolo.

E se também levarmos em conta que, depois da Revolução Constitucionalista do Porto, até o rei, D. João VI, e mesmo os seus ministros mais ponderados e experimentados viviam uma situação inédita, aumentamos a cota de “amadores” a se especializa-

rem às custas da nação. Afinal, desde 1696 não se reuniam Cortes em Portugal. Os reis reinavam absolutos e soberanos sobre o povo português.

No Brasil, a in experiência era agravada pela novidade das transformações que o país sofrera a partir da chegada da corte portuguesa em 1808: o surgimento da imprensa, a abertura dos nossos portos ao comércio com as nações amigas, a implantação de indústrias pelo interior do país... Enfim, o progresso. Como diz Caio Prado Júnior, os catorze anos de D. João VI no Brasil “não podem ser computados na fase colonial da história brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1947, p. 88). Com o progresso econômico viera também o intelectual. A abertura das mentes era facilitada pelo acesso a obras antes proibitivas por serem tão raras e tão caras, além de literalmente proibidas pelo próprio obscurantismo da Coroa portuguesa. Até aquele ano de 1808 não havia imprensa no Brasil.

A Revolução Constitucionalista portuguesa de 1820¹ revolucionou também o Brasil. A situação de instabilidade que a ela se seguiu pedia atitudes com as quais o rei e seus ministros não estavam familiarizados. A própria Europa, em tempos de Santa Aliança, já recuara da senda liberal. A qualquer ameaça de insurreição, procurava-se reavivar a memória do banho de sangue que caracterizara o Terror e invocava-se o apodo “inimigos do Trono e do Altar”, expressão que animará toda a ideologia reacionária dos países católicos europeus no primeiro terço do século, repercutindo nas suas colônias e ex-colônias (CANDIDO, p. 223). Portugal, que passara ao largo das transformações políticas, lançava-se agora na aventura liberal, ensaiando a reunião de Cortes a fim de fazer promulgar uma Constituição.

Diante da revolução, D. João hesita. Aconselham-no os ministros Tomás Antônio, o conde dos Arcos e o conde de Palmela.² Tomás Antônio esforça-se para fazer com que o rei permaneça

no Brasil até acertar condições satisfatórias para a sua volta. Palmela quer que o rei vá. O rei quer ficar. É então que surge um panfleto produzido na Imprensa Régia, em francês, atribuído a um aventureiro, jogador profissional, ex-soldado da Revolução, ex-espião a soldo de Napoleão, informante do intendente de polícia.³ No entanto, o folheto se fizera imprimir com a rubrica do rei e por recomendação de Tomás Antônio. Era, em tudo e por tudo, uma súplica das ideias do ministro sobre o assunto. Causou espécie, causou comoção. Foi mandado recolher. Por que o principal ministro do rei, o outrora todo-poderoso Tomás Antônio, se abalancara a lançar na praça um folheto especulativo sobre o que devia fazer o rei em matéria tão crucial? Os tempos eram outros, e até o ministro estava a aprender com a nação.

Não surpreende que, nesse contexto, outro homem público, o responsável pela censura na Imprensa Régia (um liberal nos moldes ingleses, seguidor de Adam Smith e de Edmund Burke), logo depois se lançasse em igual aventura. José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, aos 64 anos de idade, talvez a personalidade mais acatada do ponto de vista intelectual do Brasil daquele tempo — o Rui Barbosa do começo do século XIX —, estrearia, a partir de 1821, uma carreira de aguerrido panfletário. É atribuído a ele o “Despertador brasileiro”,⁴ documento que teve papel fundamental na decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil, desobedecendo às Cortes. Logo depois, em janeiro de 1822, outro panfleto, “A heroicidade brasileira”,⁵ reconhecido como de sua autoria, foi mandado recolher pelo príncipe regente, D. Pedro, sob a alegação de que veiculava inverdades.

Era um mundo em transformação, onde o ministro se aliava ao condottiere, onde o até então sábio e discreto intelectual aparecia como autor de panfletos incendiários. Era a imprensa brasileira que nascia, comprometida com o processo revolucionário, no momento em que, de um dia para o outro, deixávamos de nos

considerar portugueses para nos assumirmos como brasileiros. Para se ter uma ideia da velocidade das transformações, é preciso apenas lembrar que José Bonifácio, a personalidade mais importante da história política brasileira daquela década, cujo papel naqueles acontecimentos marcou a história do Brasil como um todo, esteve à frente do ministério apenas por um ano, seis meses e quinze dias. Os mesmos jornalistas que, antes de dezembro de 1821, celebravam a nação lusitana, pregando a conciliação, poucos dias depois esmeravam-se na defesa da separação dos interesses brasileiros dos portugueses.

Acompanha essa febril transformação uma mudança na linguagem do que se publica. O jornal se despe dos panegíricos à família reinante, abandona a apatia modorrenta que marcara a *Gazeta do Rio de Janeiro*⁶ e adota um tom mais agressivo. Surgem as folhas dos que pretendem influir sobre a opinião do príncipe, do ministério, da elite, do povo. A cada público e de cada redator, o estilo correspondente. De um lado, rugiam, como dizia José Bonifácio, os cem dragões da retórica do *Revérbero*, dos maçons Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa;⁷ de outro, avança na agressão mais intensa, no ataque pessoal, até alcançar a linguagem que se poderia chamar de impublicável, se publicada não tivesse sido, do jornal governista *O Espelho*. De um lado, nos jornais e panfletos de Cairu, verdadeiros tratados de filosofia política com vistas à educação dos povos; de outro, a linguagem quase ilegível, de tão vazada em jargão popular, de *O Macaco*.⁸

Erguiam-se e confundiam-se as vozes dos intelectuais, dos políticos envolvidos diretamente com o modelo político que se estava superando, dos liberais exaltados, maçons ou não, com as dos aventureiros de ocasião, dos arrivistas e dos que apenas se aproveitavam daquelas agitadas circunstâncias para se lançar na recém-criada profissão de jornalista.

Para quem escrevem esses jornalistas? Uns para os outros e

para D. Pedro. Debatem entre si, em torno das questões constitucionais, mas seu público-alvo é, na verdade, o príncipe, a quem querem conquistar para o projeto político que defendem. É o que sugerem os textos e os debates travados nas sessões de cartas. Porém, os anúncios publicados no *Volantim*⁹ e no *Diário do Rio de Janeiro*¹⁰ nos dão uma pista do outro possível público dos jornais: donos de escravos fugidos; pequenos proprietários e negociantes; a gente que frequentava o teatro; professores de primeiras letras; enfim, uma pequena classe média. Não deve ser público muito numeroso, pois as tentativas de criar um concorrente ao *Diário do Rio de Janeiro* fracassaram.¹¹

Os jornais publicados durante o ano de 1821 eram todos de caráter político, menos a *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*, de José da Silva Lisboa, que existiu entre agosto e dezembro daquele ano com o objetivo de promover a criação de “Companhias Domésticas dos Homens de Letras”, e o *Jornal de Anúncios*, que durou de 5 de maio a 16 de junho de 1821. O *Volantim*, que deu 52 números entre 1º de setembro e 31 de outubro de 1822, pretendia ter um caráter misto, publicando anúncios e comentários sobre a política e fazendo propaganda aberta da maçonaria. Encerrou suas atividades justamente quando esta naufragou, vítima da Bonifácia.

Após 1821, apenas o *Diário do Rio de Janeiro* ficaria de fora do grande debate político em que se viu envolvida a jovem imprensa nacional. O *Diário do Rio de Janeiro*, criado em 1º de junho de 1821, existiu até 31 de outubro de 1878. Desde o começo, conhecido por “Diário do Vintém”, era deliberadamente omissivo nas pendências políticas. Sua omissão não o livrava, no entanto, dos ataques dos demais periódicos. Os que não simpatizavam com a sua permanente adesão ao poder estabelecido chamavam-no de “Diário da compra e venda” ou “do azeite e do vinagre”. De vez em quando, saía no *Diário* algum anúncio capcioso que acabava por obrigá-lo a entrar na liça.

Surgidos assim da ebulição política do momento, quase todos os jornais do período que vai da partida do rei, em abril de 1821, à dissolução da Assembleia, em novembro de 1823, tiveram vida efêmera. A maioria não durou mais que alguns meses. Apareciam uma ou duas vezes por semana, e suas tiragens eram reduzidas. As dificuldades de comunicação impediam a divulgação pelas províncias. Muitos não deviam atingir senão o público das cidades onde eram publicados. Eram distribuídos somente aos assinantes, cujo número raramente ultrapassava as duas centenas. Só muito mais tarde é que se inauguraria a venda avulsa pela cidade por jornalheiros apregoando o título do jornal e as principais manchetes.

2. DAS MELHORES INTENÇÕES AOS LIBELOS DIFAMATÓRIOS

O jornalismo, como gênero, e os jornalistas, como escritores, informa Maria Lúcia Pallares-Burke, adquiriram, durante o século XVIII, “uma dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores”. Na Londres do século XVIII, o livro e o periódico não eram considerados objetos culturais completamente diferentes, e, sendo os jornais publicados pelos mesmos editores de livros e compostos da mesma forma, eram vistos, na verdade, como “fragmentos de livros”.

Um típico fenômeno da época é a transformação das folhas avulsas dos periódicos em livros. Vendidos inicialmente em edições avulsas (diárias, semanais, quinzenais, mensais, etc.), diretamente ou por subscrição, os periódicos muitas vezes eram disponíveis posteriormente em volumes encadernados, o que indubitavelmente conferia maior respeitabilidade e durabilidade ao novo gênero (PALLARES-BURKE, p. 14).

No Brasil, são o melhor exemplo desse formato de jornalismo o *Correio Braziliense*,¹² de Hipólito da Costa, e o *Revérbero*, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Ambos adotavam uma numeração de páginas que continuava nos números seguintes, indicativa de que se tratava de uma sequência, uma obra fechada. Eram impressos em formato in-oitavo (o tamanho tradicional dos livros), vendiam-se nos mesmos lugares em que se vendiam os livros e, tanto na forma quanto no conteúdo, não tinham o caráter ligeiro e descartável que vieram a adquirir depois. São comuns os anúncios de venda de coleções do *Correio Braziliense*. Em 1822, um leitor anunciava no *Volantim*: “Quem tiver para vender os números do *Correio Braziliense* do ano de 1812 declare por esta folha” (21 set. 1822). Também para os que então escreviam nos jornais, o papel do jornalista se confundia com o do escritor. Sua missão era educar:

Muitas são, então, as defesas da imprensa periódica como fonte de ilustração e instrução, a mais importante de todas sendo a da famosa *Encyclopédie* que se descreve como uma espécie de “journal”; da arte dos jornalistas como a arte “não de agradar, mas de analisar e instruir”; uma arte, de fato, muito próxima da dos próprios enciclopedistas que deveriam abster-se de “fornecer diversão e prazer, quando é possível instruir e influenciar”. Uma vez aprendendo a lê-los, todo periódico pode desempenhar um papel ilustrativo, dizem alguns dos seus defensores (PALLARES-BURKE, pp. 14-5).

Os jornais surgidos no Brasil entre 1821 e 1823, período de intenso debate político, de radical transformação das instituições, com mais razão ainda nasciam impulsionados por esse espírito. Seu propósito, segundo declaram quase sempre no editorial de estreia, seria o de preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava. Os homens que os faziam acreditavam nas virtudes

mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade. Para Hipólito da Costa, a instrução seria a chave de uma conduta racional e asseguraria o bom funcionamento dos governos. Difundir as luzes era criar condições para uma política justa e eficiente (CANDIDO, p. 258).

Só a prosperidade do povo é quem faz a prosperidade do governo, que quando se põem obstáculos, e entaves ao progresso, e propagação das ciências, devem ficar tão raros os homens sábios, que quando o Governo precisa deles, de repente, não os acha; e vê-se obrigado ou a lançar mão de um homem instruído mas sem boa moral; ou de um homem bom, mas estúpido ou ignorante, e quanto menor é o número de gente instruída, menos probabilidade há de que o Estado seja servido por homens virtuosos e sábios (Hipólito da Costa, apud CANDIDO, pp. 258-9).

Nesse contexto, cabia ao jornalista o importante papel de suprir as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava. Quase todo jornal começava com uma carta de intenções. Os redatores estavam conscientes da importância de seu papel naquele momento. Um dos três primeiros jornais que se publicaram no Brasil, em 1821, o *Bem da Ordem*,¹³ inicia suas atividades com esta advertência:

Os leitores menos instruídos e os que não têm meio de o serem de outro modo, suposta a falta dos livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as ideias que lhes são indispensáveis para desempenhar com utilidade da Nação os deveres de Representantes ou Empregados; e todos os homens de bem, todos os literatos que melhor conhecem a necessidade destas instruções são convidados a concorrer para esta importante obra com o precioso cabedal das suas luzes.

No ano seguinte, o jornal publicado por José Joaquim da Rocha,¹⁴ ativíssimo personagem do Fico e membro do grupo andradista, também define como seu objetivo a missão de educar as pessoas, preparando-as para o processo constitucional e procurando igualmente suprir-lhes as deficiências culturais e educacionais. O *Constitucional*¹⁵ ressalta a necessidade de que o debate sobre temas políticos se torne corriqueiro e ocupe um espaço significativo na vida dos brasileiros:

Uma tão oportuna conjuntura de falar sobre um objeto que deve tornar-se a conversação familiar dos habitantes do Brasil, também excitou a curiosidade do redator para se ocupar dele; na ideia que poderá servir de alguma utilidade e proveito às pessoas que, pela penúria de livros que tratem alguma parte destas matérias em linguagem nacional, as não podem encontrar facilmente. Os doutos ou literatos não carecem das minhas instruções. Não é para eles que escrevo, nem tampouco para aprovar ou contradizer as suas opiniões; estabeleço a minha, dou as razões em que me fundo, e deixo a cada um a liberdade de seguir ou rejeitar o que lhe parecer digno disto (*Constitucional*, 1822, nº 3).

Uma advertência fazia, no entanto, o redator do *Bem da Ordem*, no mesmo espaço onde declarava os seus propósitos: não incluiria em seu jornal matéria estranha àqueles mesmos propósitos. Ou seja, não admitiria injúrias ou ataques pessoais.

Neste periódico não se admitirá discussão ou trabalho literário que não se encaminhe a este objeto em particular ou ainda ao da pública instrução em geral. Se alguma ideia, que nele se transmitiu, ou seja do Redator ou de algum correspondente seu, se apartar da dos demais Literatos, no mesmo periódico se transcreverão as observações que estes queiram fazer, contanto que sejam ditadas

por um espírito de imparcialidade e só dirigidos ao Bem da Ordem, concebidas nos termos da mais polida urbanidade.

Entre as melhores intenções, declaradas logo no primeiro número, estava a promessa de que não seriam acolhidos nas folhas os chamados libelos difamatórios. Apesar das boas intenções dos redatores, no entanto, em virtude da diversidade das ideias e dos interesses em disputa, aos poucos emergiam as diferenças de opinião. O clima tenso e apaixonado que caracterizava a vida política se transferia rapidamente para os textos. Ao mesmo tempo, o direito ao anonimato,¹⁶ que será uma das características da radical liberdade de imprensa do tempo, funcionará como um estimulante para a maior ousadia dos redatores. Sob pseudônimo, D. Pedro escreveria os agressivos artigos que publicou contra Soares Lisboa e Luís Augusto May, no *Espelho*. Seria também sob pseudônimo que os Andrada atacariam o imperador no *Tamoyo*.

Era esse o clima do final do período estudado aqui. Nem por isso a influência da imprensa seria menor. Ao contrário. Descrevendo a imprensa que sucederia a reabertura dos trabalhos legislativos em 1826, John Armitage diz que muitos dos periódicos daquele período eram exagerados no estilo e mesmo faltos de sentido. Mas reconhece que sua influência era prodigiosa e que:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem (ARMITAGE, p. 235).

Assim, apesar dos rumos e formatos que assumiria o debate político, manter-se-ia para a imprensa o papel educativo. Os jornais cariocas da Independência divulgaram e popularizaram o

jargão político das luzes. Seus redatores filtraram as ideias políticas em circulação e levaram-nas ao público. E foi graças ainda à imprensa que ele pôde acompanhar o grande debate que antecedeu à dissolução da primeira Assembleia Constituinte brasileira.

3. O LUGAR DA “INTELIGÊNCIA BRASILEIRA” — LINGUAGEM LITERÁRIA E LINGUAGEM POPULAR

Na visão de Antonio Candido, a vinda da corte para o Brasil marca o início da nossa época das luzes: foi a partir de então que o país viu surgir os primeiros consumidores regulares de arte e literatura (CANDIDO, p. 233). A raridade e a dificuldade de instrução, a escassez de livros davam ao intelectual um súbito destaque, um relevo inesperado. O homem de letras forma a nova aristocracia da ex-colônia. O contexto de transformações em que se vivia estimulava a participação dos intelectuais, fazendo com que se arrogassem deveres de intervenção na vida pública, dando aos escritores de todas as tendências um certo senso de “serviço” e contribuindo para cercá-los de uma auréola de relativa simpatia e prestígio por parte do público (CANDIDO, p. 241). O processo de Independência acentuou esse caráter missionário: o intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das ideias. A imprensa foi o meio privilegiado de sua ação.

Datam daí a valorização extrema da inteligência e as lendas que cercam personalidades como a de José Bonifácio, tido como dono de uma cultura extraordinária capaz de embasacar o estrangeiro. Fama que também tinha Cairu, de quem mesmo os adversários mais empedernidos, antes de procederem a qualquer ataque, destacavam a incomum erudição. A evidência de familiaridade com línguas estrangeiras, da qual ainda são exemplos

tanto José Bonifácio quanto Cairu, num país de tão poucos políglotas, seria prova de grande sabedoria (CANDIDO, p. 242). Teria surgido então, completa Antonio Candido, um certo sentimento de superioridade, “a que não eram alheias algumas implicações da Ilustração — inclinada a supervalorizar o filósofo, detentor das Luzes e capaz, por isso, de conduzir os homens ao Progresso”.

O homem de letras, quase sempre autodidata, é obrigado a informar-se e a falar sobre tudo. Superestima então a própria capacidade e, como tem poucos pares capazes de criticá-lo e superá-lo, perde a autocrítica: sua ciência lhe parece realmente infinita, abrangendo todas as coisas sabíveis. Ao mesmo tempo, o louvor dos confrades e pósteros amplia o mérito real, exagera as dimensões do talento. Contribuíam também para isso a pequena divisão do trabalho intelectual, a falta de concorrência literária e científica e a indefinição dos papéis no espaço público que se estava constituindo, fazendo com que todo mundo se habilitasse a escrever em jornal: o político, o padre, o militar. Sobre essas bases é que se configurou no Brasil, pela primeira vez, uma “vida intelectual” no sentido próprio do termo (CANDIDO, p. 236).

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, toda a produção literária daquele período nasceu a partir da crença de que existe uma diferença essencial entre a linguagem vulgar e a linguagem literária. A língua popular se distinguiria da literária pelo uso da gíria e dos aforismos populares. Desse modo, o discurso oral só mereceria passar a texto escrito se se reconhecesse nele ou uma utilidade, a de transmitir um saber científico ou técnico, ou um valor literário. A qualidade de um discurso era inversamente proporcional à sua maior relação com a linguagem comum, cotidiana, vulgar, que não merecia as honras da impressão. A sociedade iletrada só falava, não escrevia, e portanto teria se mantido silenciosa para os historiadores. Desse ponto de vista, a denominada “literatura popular” estaria condenada à dimensão da *oralidade*.

O historiador da cultura precisaria recorrer ao folclorista se quisesse ampliar a sua perspectiva e reconstituir as formas poéticas e narrativas que, no início do século XIX, ficaram retidas na dimensão oral (SILVA, 1972, p. 170).

Ora, uma das marcas mais características da imprensa da Independência é a constante presença dos aforismos e das gírias. Os aforismos eram de uso universal, deles se valendo tanto os sofisticados Hipólito da Costa, Cairu, José Bonifácio, quanto os mais populares Soares Lisboa, May e o próprio imperador, cujo estilo descuidado o coloca certamente entre os jornalistas de extração mais popular.

Analisando a cultura do século XVI, no Norte da Europa, Natalie Zemon Davis mostra que, apesar da distância que havia entre a linguagem clerical e/ou literária e a fala rural, elas tinham algo em comum: ambas compartilhavam o uso do provérbio. Isso se devia, entre outras coisas, ao fato de que o nível de alfabetização entre os leigos no Norte europeu se conservou baixo até o século XV. O provérbio mnemônico era apreciado não apenas porque escritores antigos o elogiavam como recurso retórico, mas também porque ele era necessário a muitas das atividades sociais.

Para os padres, os provérbios comuns eram uma maneira de invocar um universo de discurso familiar e de ajudar as pessoas a lembrar a mensagem do sermão (DAVIS, p. 191). Os advogados, principalmente, se encantavam com a sua estrutura harmoniosa e sua brevidade, acreditando que, por sua densidade, os provérbios ajudassem a convencer e a persuadir (DAVIS, p. 199). Mas, com o advento do racionalismo e do iluminismo, os provérbios foram postos de lado. Daquela perspectiva eles eram vistos como produto de falsas associações e, não sendo passíveis de provas adequadas, não se recomendavam nem por sua concisão nem por sua familiaridade, tampouco por sua longa existência (DAVIS, p. 207).

No Brasil, no entanto, por meio da imprensa da Independência, se encontraram a cultura popular e a cultura de elite, ou seja, a grande tradição, normalmente cultivada nas escolas e nos templos, e a pequena tradição dos iletrados (BURKE, p. 51). Antes do advento da imprensa, a elite participava da pequena tradição, mas o povo comum não participava da grande tradição. A grande tradição era fechada, no sentido de que as pessoas que não frequentavam suas instituições estavam excluídas. Num sentido totalmente literal, diz Burke, elas não falavam a mesma linguagem. A pequena tradição, por outro lado, era transmitida informalmente. Estava aberta a todos, como a igreja, a taverna e a praça do mercado, onde ocorriam tantas apresentações. A elite, segundo a definição de Burke, era anfíbia, bicultural e também bilíngue. Para a elite, mas apenas para ela, as duas tradições tinham funções psicológicas diferentes: a grande tradição era séria, a pequena era diversão (BURKE, p. 55).

As polêmicas travadas por meio da imprensa brasileira a partir de 1821 fizeram com que o campo divisor entre a linguagem literária e a popular fosse reduzido: a linguagem utilizada pelos jornais parece ocupar um espaço intermediário entre as duas. Os jornais salvaram da condenação à dimensão da oralidade aspectos muito significativos do modo de se expressar de maneira não literária da sociedade brasileira daquele período. A língua vulgar não permaneceu confinada à oralidade ou à epistolografia familiar; ela frequentou a página impressa e obrigou gente da maior nobreza, cultora dos usos mais castiços da língua pátria, a participar do grande debate na arena popular, onde era preciso não só fazer-se compreender, como também despertar as identidades, provocar as paixões.

Um exemplo admirável desse fenômeno é o estilo de escrita do redator da *Sentinela da Praia Grande*. Italiano da Sardenha, chegado havia poucos anos ao Brasil, Grondona verte para o texto de seu jornal todo o vernáculo de que se valia para se co-

municar oralmente. Negando a suposta ligação de sua folha com José Bonifácio e seus irmãos, ele dirá: “quem me tentou podia me dar mais mel pelos beijos do que os Andradas”. Quando apresenta as imagens da Câmara Óptica¹⁷ recomenda aos leitores que antes “banhem seus olhos em água rosada, só a fim de alimpá-los de algumas remelas noturnas” (SPG, nº 26, 6 out. 1823). Escreve como fala e, tanto por sua opção política (Grondona dizia ser seguidor de Cipriano Barata), quanto por suas relações pessoais, ele se vale do jargão popular, utilizando com frequência expressões chulas, a que os demais jornalistas só recorriam em situações-limites.

Talvez só mesmo um folclorista ou um filólogo possa desvendar as misteriosas expressões embutidas no texto do *Macaco Brasileiro*.¹⁸ Nele se misturam rudimentos de uma cultura mais sofisticada com uma maneira absolutamente ousada, espontânea e inventiva de construir o texto, sendo o melhor exemplo da forma como os recursos de oralidade invadiram a página impressa.

4. IMAGENS DO BRASIL

O *Macaco Brasileiro* foi o mais pitoresco dos jornais publicados entre 1821 e 1823. Esse curiosíssimo jornal era escrito num português extremamente singular, que faz lembrar o texto modernista do *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Seu personagem símbolo, malandro, esperto, ladino, a clássica representação do macaco, aparece em cada um dos números como protagonista em aventuras narradas pelo próprio, com um bem-humorado sentido crítico da realidade. Apresentando-se como o “único meio que o Redator descobre para poder com as suas limitadas forças ser útil ao público”, *O Macaco*, em seu nº 1, relatava suas aventuras:

Exaqui o Simão, falando; de casa posta e com seu modo de vida, como gente; não duvidando de dar-se com os seus amos, se eles quiserem, mas não tratado como Macaco do mato em cepo; tudo se faz à boa mente mas não escarapetiando. [...] Meus amigos, sou macaco velho, calejado por natureza e por experiência. Preso ao cepo há tantos anos e correndo de mão em mão, muito havia de aprender à minha custa e também imitando ou fazendo o que via, mexi livrinhos e ouvindo coisinhas, nada me tem escapado, até não escapei de apanhar por travesso, mas, como não podia falar, aguentava às chuchas calado e só guinchava.

O *Macaco Brasileiro* foi combatido pelo *Papagaio*.¹⁹ O redator deste último era o membro do grupo andradista e futuro secretário dos Negócios Estrangeiros nos Estados Unidos, Luís Moutinho Alves e Silva. Segundo Lúcia Neves, Moutinho era um sofisticado intelectual, estudioso de lógica, retórica e línguas estrangeiras (NEVES, 1992, p. 85).²⁰ Os redatores do *Macaco Brasileiro* reagiriam às críticas que se faziam com frequência ao seu estilo, com esta nota explicativa inserida em seu nº 3:

Muita gente se tem confundido (com queimadura de sangue) no meio das opiniões que vogam e vagam; mas é porque leem atordoadamente; busquem nas meadas o seu costal, que desvenda os negalhos; porém querem sem isto ir tirando os fios? Hão de embrulhar tudo, sem critério, que é o fio ariadno. Isto é uma boa advertência e vai em poucas linhas para maior firmeza da lembrança.

Naturalmente que o *Papagaio* andradista não deixaria passar uma tão flagrante oportunidade de demonstrar o “hermetismo” da escrita do redator rival e, por intermédio de um correspondente que se assinava “Jumento”, comentaria:

Rogo-lhe queira ter a bondade, se estas minhas expressões não o enjoam de papagueá-las no seu jornal, a fim de que o Macaco saiba que eu como jumento leio as suas obras sem me atordoar e que busco nas “meadas o costal para desvendar os negalhos” de sua obra; porém que cada vez me acho mais enleado com os seus discursos: que, portanto, seja mais sucinto, que se emende do seu estragado gosto, que aprenda a falar antes de publicar o que fala, visto que ainda há pouco tempo estava amarrado ao cepo!

O mesmo correspondente fazia referência aos danos que a linguagem do *Macaco* causava à imagem do povo brasileiro, sempre comparado pelos portugueses a macacos.

Eu ainda não pude ser inteiramente metamorfoseado como já o foi o Sr. Macaco (segundo ele diz que tem o essencial de gente e o é) ou ainda não sou todo gente mas tal qual sou digo que lastimo o Brasil da desgraça em que se acha de falar em seu abono um macaco feito gente! Se fosse gente feita macaco, menos mau; porque teria desculpa em mostrar uma das qualidades deste animal, que é a de imitar o que vê fazer. Este viu escrever e imprimir, tem feito o mesmo, apesar de dar por trancos e barrancos! Verdade seja, que tem boas intenções, porém é lástima que escreva de modo que ninguém o entenda! O que dirão os inimigos do Brasil que reputam os seus habitantes tão instruídos como os macacos, à vista de tal algaravia que este usa?! (*Papagaio*, nº 7, 22 jun. 1822)

A preocupação do *Papagaio* com o que “dirão os inimigos do Brasil” era a da maior parte dos jornais brasileiros. Os redatores se esmeravam em cuidar da boa imagem do país, e sempre que um ou outro cometia algum erro de português, era objeto de violentas críticas. Algumas expressões usadas na *Malagueta*, por exemplo, seriam alvo de comentários irônicos do *Espelho*. Luís

Augusto May, redator da *Malagueta*, no entanto, não lhes daria a menor importância. May era português e vivera na Europa durante vários anos, antes de vir para o Brasil. Sua atitude tranquila diante de críticas desse naipe revela uma certa superioridade frente à elite local, tão preocupada em desfazer a imagem de primitiva e inculta. O mesmo não acontecia com João Soares Lisboa, que mostraria visível ressentimento com as tentativas de ser inferiorizado intelectualmente. Soares Lisboa, como veremos, era um modesto comerciante cheio de “ideias” que se lançara na imprensa com o objetivo de divulgar as chamadas “luzes”. Tinha necessidade de apresentar-se como um escritor com um nível de instrução à altura das ideias que pretendia difundir.

Mas os redatores do *Macaco*, que eram também liberais, tinham pretensões humorísticas, escreviam daquela maneira peculiar intencionalmente e não dariam a menor importância às críticas ao seu estilo. O que nos leva a especular se toda a saga do *Macaco* narrada ao longo de seus dezesseis números e a linguagem adotada pelos seus redatores talvez não pretendessem, como outras atitudes daquele momento, afirmar uma brasilidade que se destacava pela mistura não só racial, mas também cultural.

Ao enfatizar as denominações com que os portugueses se referiam ao Brasil: “terra de negros, mulatos, cabras e caboclos” ou “corja de cafres, caboclos e mulatos” (SPG, nº 13, 5 set. 1823 e nº 22, 14 out. 1823), os jornalistas assumiam a realidade da mistura racial da população, que não podia ser negada, como um distintivo da verdadeira brasilidade. Com isso, todas as demais diferenças naturais eram realçadas como qualidades. Tudo era novo no Brasil que nascia ali. Da mesma maneira que, na transição entre a colônia e o país independente, o modelo de Estado que se adotaria era ainda uma incógnita; o modo de ser brasileiro, distinto do português, buscava uma expressão cultural específica. A jovem imprensa brasileira foi o palco para a apresenta-

ção dessas experiências. Dos estilos de linguagem que então se manifestaram, o do *Macaco* foi o mais original.

5. NOVAS IDEIAS — VELHAS ATITUDES

À perspicácia da geração de 1790, da qual faziam parte José Bonifácio de Andrada, José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) e Hipólito da Costa, Kenneth Maxwell atribui o fato de o Brasil ter sido poupado das agonias por que passou a América espanhola durante o século XIX (MAXWELL, 1999). Eles eram legítimos representantes daquele elenco de intelectuais brasileiros que haviam brilhado em Coimbra e construído suas carreiras na perspectiva do engrandecimento do império luso-brasileiro. Feria os brios dessa gente a atitude de alguns deputados portugueses para com o Brasil. Um deles dissera que o Exército brasileiro era uma corporação composta de cinco pretos, três mulatos, um branco, comandados por generais valetudinários.

Resultava, como decorrência natural da representação do povo brasileiro como horda de selvagens, uma avaliação negativa do potencial de sua elite para enfrentar a nova realidade política. Naturalmente que isso também provocava reações. Um correspondente da *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, assinando-se “O Entremetido”, enumeraria diversos nomes de personalidades públicas de que o governo poderia lançar mão para compor seus quadros:

Dizem que não há homens habilitados! É certo que não andam parados pelas esquinas Metternichs, Pitts, Castlereaghs, e Franklins. Mas lembre-se o governo do que eram estes estadistas, antes de adquirir nomeada. Um deles era simples livreiro e o outro, um debochado, preso por dívidas. Sem fazer injustiça a muitos outros